Ensino Remoto Emergencial e Vulnerabilidade Discente na Universidade Estadual de Goiás (2021)

Tathiana Rodrigues Salgado
da Universidade Estadual de Goiás - Porangatu/Anápolis – Goiás – Brasil
tathiana.salgado@ueg.br

Léo Carrer Nogueira
da Universidade Estadual de Goiás - Morrinhos – Goiás – Brasil
leo.carrer@ueg.br

Tadeu Alencar Arrais
da Universidade Federal de Goiás - Goiânia – Goiás – Brasil
tadeuarrais@ufg.br

Diego Pinheiro Alencar
do Instituto Federal Goiano - Iporá - Goiás - Brasil
diego.alencar@ifgoiano.edu.br

Resumo: A pandemia da covid-19 exigiu respostas, em diversos fronts, das instituições públicas que lidam com atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além de oferecer respostas para os desafios ligados ao campo da saúde pública, essas instituições precisaram adaptar suas rotinas normativas, especialmente no contexto do isolamento social. A comunidade acadêmica, com rapidez, ocupou-se em construir, debater e aprovar um conjunto de normas para regulamentar o Ensino Remoto Emergencial (ERE). Nesse contexto, e a partir do reconhecimento das dificuldades de operacionalização do ERE, buscou-se, no âmbito das atividades de pesquisa desenvolvidas pela equipe do Observatório do Estado Social Brasileiro, empreender um esforço para oferecer para a comunidade acadêmica um retrato das condições de realização do ensino remoto desenvolvido na UEG, a partir da ótica dos discentes. O caminho para diagnóstico dessa situação passou, portanto, pela caracterização de aspectos acadêmicos, infraestrutura domiciliar e aspectos socioeconômicos. A pesquisa foi realizada por meio de um formulário eletrônico objetivo e não identificado, composto de 49 questões, enviado por e-mail ou pelo aplicativo de mensagens WhatsApp. O questionário foi aplicado entre os dias 01/08/2021 e 15/09/2021. Foram recebidas respostas de 997 discentes, matriculados em 28 diferentes unidades da UEG, residentes em 88 municípios goianos e 12 municípios de estados vizinhos. Os resultados apontam para os desafios e impactos de desenvolvimento do ERE em uma universidade multicampi.

Palavras chaves: Ensino; Remoto; Pandemia; Covid-19; Vulnerabilidade; UEG.

Introdução

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados por um grande desafio para a humanidade: lidar com os impactos provocados pela disseminação do Coronavírus em escala mundial. Até 07 de março de 2022, 653 mil brasileiros e brasileiras perderam a

vida em decorrência da Pandemia da Covid-19.[1] O impacto da evolução da doença foi, e é, motivo de preocupação de estudiosos de várias áreas do conhecimento, especialistas em saúde pública e privada, da comunidade científica e, especialmente, das autoridades governamentais, no sentido de estabelecer estratégias de enfrentamento que otimizem a utilização dos recursos públicos e minimizem os impactos da Pandemia para a sociedade. Na área da educação não foi diferente. A necessidade de um amplo e longo período de distanciamento social levou às instituições de ensino a urgência e a necessidade de pensarem estratégias de continuidade do processo de ensino ainda no primeiro semestre de 2020. O Ensino Remoto Emergencial (ERE) rapidamente passou a ser a opção implementada pelas instituições, desde a educação básica até o ensino superior. A estratégia, que no início foi pensada para um curto período de tempo, prolongou-se por todo o ano de 2020 e 2021, e, em alguns casos, ainda sendo necessária no início do ano de 2022.

O ERE caracterizou-se, de maneira geral, pela transposição das aulas presenciais para ambientes virtuais. Entraram, de forma direta, na cena pedagógica, os aplicativos de mensagens, de reuniões on-line, digitalizadores de documentos e imagens. Escancarou-se a ampla necessidade de boas redes de internet e equipamentos, nem sempre disponíveis a docentes e discentes. Os métodos de trabalho independente, aqueles nos quais o estudante é estimulado a construir seu conhecimento de forma mais autônoma, tornaram-se mais presentes na mediação do processo de ensino e aprendizagem. Esse novo cenário demonstrou que os desafios eram, e ainda são, muito maiores que apenas a adaptação do ensino do formato presencial para o formato remoto. A mudança é paradigmática e os desafios decorrentes dessa mudança aumentaram a responsabilidade das instituições públicas de ensino comprometidas com a verdadeira inclusão social.

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) ocupou-se, ainda em março de 2020, em construir, debater e aprovar uma Instrução Normativa que estabelecia o Plano Emergencial de Ensino e Aprendizagem (PEEA) para os cursos de graduação da UEG.[2] A Instrução Normativa nº 80/2020, de 25 de março de 2020, determinava que docentes acrescentassem na metodologia de ensino e de aprendizagem o uso de tecnologias de modo a possibilitar a mediação entre docente-discente e discente-discente; se necessário,

[1] Dados obtidos em: https://covid.saude.gov.br/
[2] Instrução Normativa nº 80/2020 de 25 de março de 2020, disponível em: http://www.legislacao.ueg.br/

ajustassem a ordem dos conteúdos planejados para adequação ao uso dos recursos tecnológicos adotados e que ministrassem as atividades acadêmicas mediadas por tecnologias, de forma a permitir, ao máximo, a aproximação e interação entre docente-discente e discente-discente no âmbito dos cursos oferecidos pela instituição.

A Instrução Normativa 80/2020 orientou o trabalho docente até a publicação da Resolução CSU nº 1012, de 13 de outubro de 2021, que dispôs sobre o retorno gradual ao regime presencial das atividades acadêmicas da UEG até o dia 15 de janeiro de 2022. Porém, devido ao novo pico de disseminação da Covid-19, motivado pela circulação de novas cepas do Coronavírus, a data para o retorno gradual das atividades foi prorrogada até 26/03/2022, facultando às unidades e cursos a decisão pelo retorno ou não das atividades presenciais. Após essa data, as atividades de ensino devem ser integralmente realizadas de forma presencial.

Nesse contexto, e por meio do reconhecimento das dificuldades de operacionalização do ERE, buscou-se, no âmbito das atividades de pesquisa desenvolvidas pela equipe do Observatório do Estado Social Brasileiro, empreender um esforço para oferecer à comunidade acadêmica um retrato das condições de realização do ensino remoto desenvolvido na UEG, a partir da ótica dos discentes. O caminho para o diagnóstico dessa situação passou, portanto, pela caracterização de aspectos acadêmicos, infraestrutura domiciliar, percepção do ERE e aspectos do trabalho e renda.

A pesquisa foi realizada por meio de um formulário eletrônico objetivo e não identificado, composto de 49 questões, enviado por e-mail ou pelo aplicativo de mensagens WhatsApp. O questionário foi aplicado entre os dias 01/08/2021 e 15/09/2021. Foram recebidas respostas de 997 discentes, matriculados em 28 diferentes unidades da UEG, residentes em 88 municípios goianos e 12 municípios de estados vizinhos.[3] Nessa etapa, contamos com o apoio de vários docentes e discentes da instituição para a divulgação da pesquisa nos grupos de orientação das disciplinas.

O objetivo geral da pesquisa foi identificar aspectos da vulnerabilidade discente e como eles podem afetar a continuidade do processo de aprendizagem por meio do ERE. Destacamos que outras leituras e correlações são possíveis e, por isso, foi opção do grupo disponibilizar de forma pública os microdados coletados. [4]

[3] A Universidade Estadual de Goiás está presente fisicamente em 39 municípios. Porém, devido à sua boa distribuição geográfica, consegue atender discentes de quase todos os municípios do estado de Goiás.

[4] Os microdados da pesquisa podem ser acessados pela plataforma do Observatório do Estado Social Brasileiro: www.obsestadosocial.com.br .

Aspectos acadêmicos, infraestrutura domiciliar e percepção do ERE

O inquérito contou com respondentes de 39 diferentes cursos, predominando respostas de discentes dos cursos noturnos, 66% do total de participantes, e matriculados em licenciaturas, 65% da amostra, dois aspectos marcantes do público atendido pela UEG. A oferta de cursos noturnos é um facilitador do acesso de trabalhadores ao ensino superior. Esse fato é comprovado pela porcentagem de discentes que declararam estar trabalhando, 58,6%, mesmo em um contexto de retração do emprego vivenciado no Brasil nos dois últimos anos. De acordo com o IBGE (2021), no terceiro trimestre de 2021, o Brasil registrou uma taxa de desemprego de 12,6%. Esse desemprego, na faixa etária de 18 a 24 anos, alcançou 29,5%.

Um dado marcante na amostra foi a porcentagem de alunas – 68% dos discentes que responderam à pesquisa são mulheres, as quais, em contextos de vulnerabilidade de emprego, renda e infraestrutura domiciliar, estão em situações ainda mais sensíveis. Nos cursos de licenciatura essa porcentagem chega a 71,5%.

Tabela 1 – Porcentagem de respondentes da pesquisa ERE-UEG por modalidade de curso, turno, sexo

	Modalidade		Turno de ensino			Sexo	
	Licenciatura	Bacharelado	Matutino	Noturno	Integral	Fem.	Masc.
Participantes	66%	34%	13%	66%	21%	68%	32%

Fonte: Observatório do Estado Social Brasileiro (2022)

A avaliação do conjunto das respostas obtidas na UEG partiu, inicialmente, do contexto de inserção regional da Instituição. Atualmente a Universidade possui 41 unidades distribuídas em 39 cidades. Considerando as unidades, 33 delas estão fora da Região Metropolitana de Goiânia e da cidade de Anápolis. Sem exageros, é possível afirmar que a UEG é a instituição mais importante para a interiorização do ensino universitário público em Goiás, principalmente no que se refere à formação de profissionais em educação. Esse é um aspecto que merece sempre ser destacado, a despeito do próprio discurso institucional de racionalização de recursos que tem levado ao encerramento de cursos, principalmente licenciaturas, em várias unidades do interior.

A figura 01, que apresenta o local de residência dos respondentes, comprova a capilaridade da instituição pelo território goiano. Esses dados, além de demostrarem a importância social da Universidade, são o indicativo da diversidade de situações

regionais nas quais os discentes estão inseridos, e, portanto, os desafios colocados para a operacionalização do ERE em uma instituição multicampi, como é a UEG. Assim, dificilmente decisões e orientações institucionais únicas darão conta de atender as especificidades de cada unidade, o que exige sensibilidade e atenção por parte dos gestores da UEG.

Além dos municípios goianos, representados na figura 01, 41 respondentes declararam residência em municípios de outros estados brasileiros, com destaque para as cidades satélites de Brasília, devido à proximidade com o Campus da cidade de Formosa-GO.

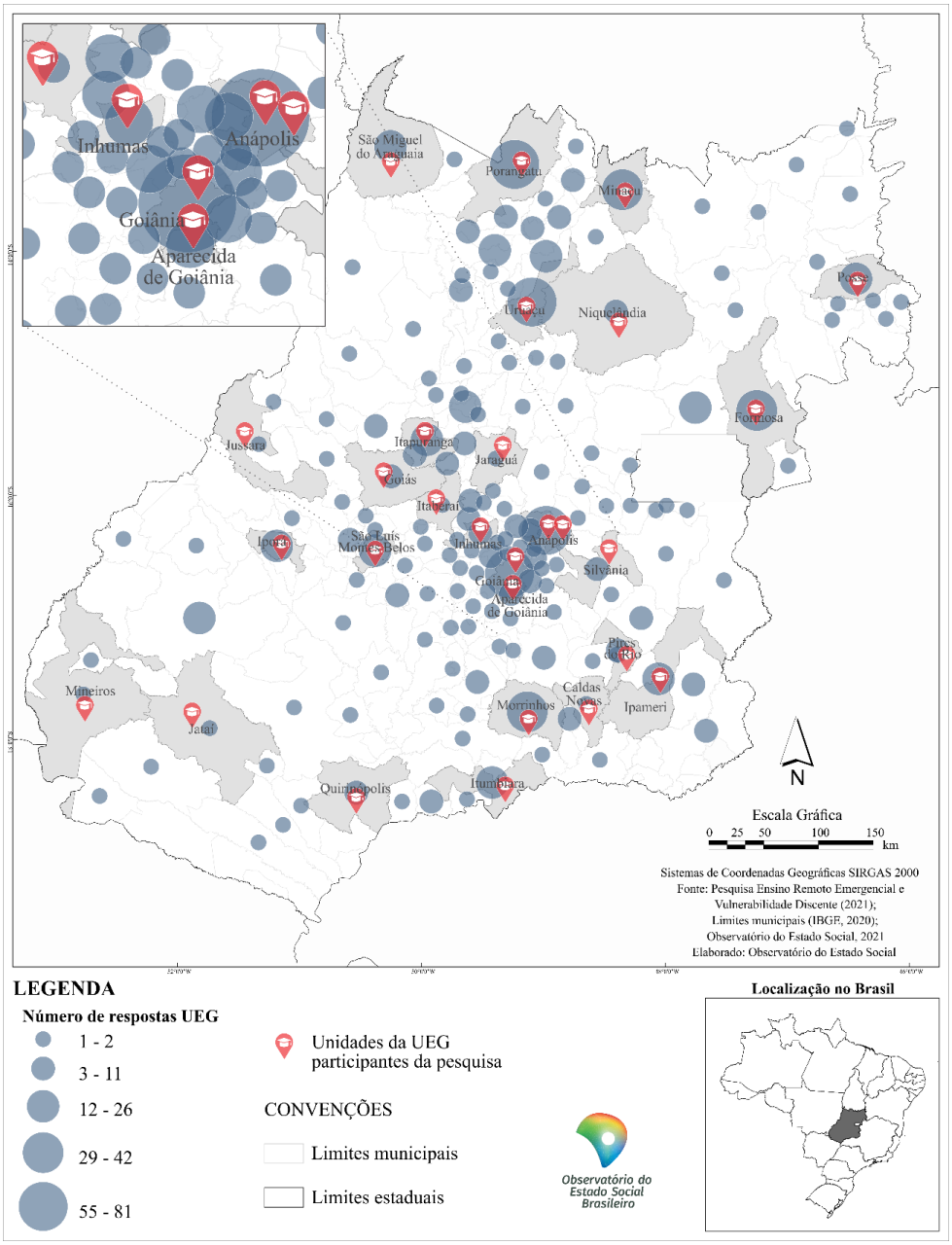

Figura 01 – Localização das unidades da UEG e local de residência dos respondentes (2021).

Quando consideramos o local de residência dos discentes há predominância de domicílios localizados em áreas urbanas. Dentre as respostas obtidas, 7% dos respondentes declararam residir em áreas rurais. Estimativa que embora seja pequena não pode ser ignorada. Mesmo que a população do estado de Goiás seja majoritariamente urbana, tendo registrado Censo Demográfico de 2010 o índice de 90,29%, é importante registrar que a população rural do estado era de 583.074 habitantes e que, em 22 municípios goianos, essa população era superior à população urbana, a maioria deles, atendidos por unidades da UEG apenas com migração pendular, conforme apresentado na tabela 02.

Tabela 02 – Municípios goianos com população rural superior à população urbana, 2010

Municípios	Pop. Urb.	Pop. Rur.	Unidade da UEG até 100 km da sede municipal
Água Fria de Goiás	2.137	2.953	Formosa
Amaralina	1.101	2.333	Porangatu
Baliza	1.094	2.620	-
Bonópolis	1.301	2.202	Porangatu
Cocalzinho de Goiás	6.444	10.963	Pirenópolis \ Anápolis
Flores de Goiás	3.170	8.896	-
Gameleira de Goiás	1.094	2.181	Anápolis \ Silvânia
Guarani de Goiás	1.763	2.495	Posse
Guarinos	1.131	1.168	Crixás \ Uruaçu
Ipiranga de Goiás	1.272	1.572	Ceres \ Itapuranga \Goianésia \Uruaçu
Mimoso de Goiás	1.242	1.443	-
Monte Alegre de Goiás	3.164	4.566	Campos Belos
Montividiu do Norte	1.347	2.775	Porangatu
Nova Roma	1.426	2.045	Posse
Padre Bernardo	10.786	16.885	-
Pilar de Goiás	1.201	1.572	Ceres \ Uruaçu
Santa Cruz de Goiás	981	2.161	Pires do Rio \ Caldas Nova
Santa Isabel	1.367	2.319	Ceres \ Goianésia
Srtª Rita do Novo Destino	1.113	2.060	Goianésia \ Uruaçu
Sítio d'Abadia	994	1.831	-
Uirapuru	1.464	1.469	Crixás
Vila Propício	1.504	3.641	Goianésia

Fonte: IBGE (2010)

O Censo Agropecuário 2017 indicou que no estado de Goiás 14,46% da população rural concluiu o ensino superior, percentual 2,46 vezes superior à média nacional (IBGE, 2018). Assim, é possível destacar a suma importância da UEG, com suas 41 unidades, para o desempenho estadual acima da média nacional, mesmo que percentualmente a parcela de discentes de áreas rurais ainda seja pequena. Como verificado na tabela 02, ainda há desafios para o atendimento dos municípios de Baliza, Flores de Goiás, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo e Sítio d'Abadia.

A baixa porcentagem de alunos residentes em áreas rurais pode, em um primeiro momento, ser entendida como um aspecto que, em tese, diminuiria as dificuldades de implementação do ERE. Porém, é importante destacar que nenhum discente pode ser excluído do processo de ensino em razão da localização. Esse é o desafio da democratização que, em tempos de pandemia, só aumenta. Portanto, é um desafio pensar e desenvolver atividades que garantam o acesso desse grupo ao ERE. Nesse contexto, mais uma vez, a desigualdade regional na distribuição de infraestrutura de comunicação pelo território goiano entra em cena. Em 2017, apenas 26,87% dos estabelecimentos rurais de Goiás dispunham de acesso à internet (IBGE, 2017). Em levantamento referente ao ano de 2019 foi indicado que 39,4% dos estudantes de escola pública residentes em áreas rurais não dispunham de acesso à internet em casa, valor ainda mais sintomático quando consideramos que apenas 20,9% dispunham de computador/notebook conectado à internet (IBGE, 2021). Embora o recorte temporal remeta ao período pré-pandêmico, fatores como a taxa de desemprego, erosão da renda, dentre outros, não nos direcionam à uma perspectiva de superação da desigualdade de conectividade nas áreas rurais goianas.

As quatro microrregiões que mais manifestaram ausência de conectividade, em 2017, foram São Miguel do Araguaia, Porangatu, Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã, com 86,10%, 85,66%, 84,54% e 79,01% respectivamente, conforme podemos verificar na figura 02.

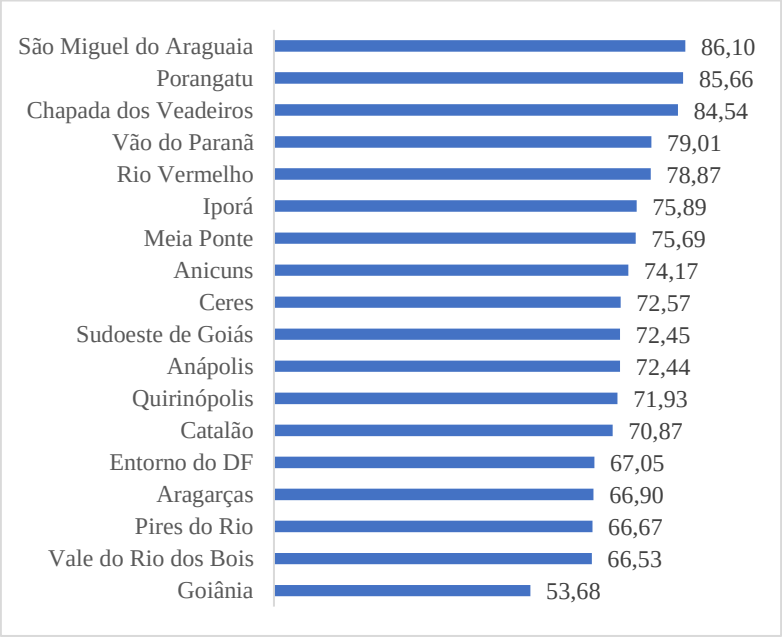

Figura 02 - Microrregiões Goianas: percentual de estabelecimentos rurais sem acesso à rede internet, 2017. Fonte: IBGE (2018)

Durante o período de desenvolvimento do ERE os espaços de ensino e aprendizagem (relativamente homogêneos) das unidades da UEG foram diluídos em um mosaico diferenciado de ambientes domiciliares e até mesmo ambientes laborais. Não é de se ignorar, por exemplo, que 24,5% dos discentes participantes da pesquisa declararam não abrir as câmeras durante as aulas por limitações de infraestrutura do domicílio, 18,9% deles não concordaram com a exposição do ambiente privado, e 6,8% declararam não abrir a câmera por estarem em ambientes de trabalho.

Em relação às condições adequadas de infraestrutura para o estudo, considerando mobiliário adequado, iluminação, conforto térmico e acústico, condições que são minimamente atendidas pelas unidades da UEG, 48% dos participantes declararam condições parcialmente adequadas e 24% declararam condições insuficientes para acompanhar as aulas remotas. A tabela 03 apresenta esse dado fragmentado por Campus.

Tabela 03 – Condições domiciliares para o desenvolvimento do ERE, UEG, 2021

Campus	Adequadas	Parcialmente adequadas	Insuficientes
Central	25,6%	48,6%	25,8%
Metropolitano	25%	55,5%	19,5%
Cora Coralina	20,2%	52,4%	27,4%
Sudeste	37%	50%	13%
Sudoeste	19,2%	46,2%	34,6%
Oeste	21,2%	42,30%	36,6%
Nordeste	27%	42%	31,3%
Norte	26,5%	46,5%	27%

* Os Campi são formados por um conjunto de unidades da mesma região.
Fonte: Observatório do Estado Social Brasileiro (2021)

Outro dado importante que se soma à questão das condições adequadas diz respeito ao compartilhamento dos espaços de ensino. Dos respondentes, 42,6% indicaram utilizar espaços compartilhados, como salas, quartos e áreas externas. A ambiência comprova os dados sobre a alta ocupação domiciliar. Dentre as respostas foi constatado que 48,96% das residências dos estudantes são compostas por núcleos familiares com 4 ou mais pessoas. O perfil em questão nos direciona ao predomínio de estudantes que ainda residem com pais e responsáveis, uma vez que 80,34% afirmaram ser solteiros, com apenas 23,04% tendo filhos. Entretanto, a presença de crianças e/ou idosos nos domicílios indicam a incidência de 46,38%. Ainda em relação ao ambiente, 56,1% declararam dividir a rede de internet da residência com mais de 3 pessoas; 48,3% declararam a ocorrência, durante as aulas remotas, de intervenções externas que demandam sua atenção (barulhos, demandas de filhos e/ou familiares).

As disparidades da estrutura domiciliar inegavelmente interferem na relação ensino-aprendizagem. O predomínio de domicílios com presença de população com perfis etários diversos que não raro demandam cuidados especiais elucida os obstáculos de parte significativa dos estudantes que enfrentaram o ERE. A demografia domiciliar apontou para desafios que transpõem a dimensão didática/pedagógica apontando para um horizonte que permeia o pragmatismo dos indicadores socioeconômicos, como renda, habitação e trabalho. Por outro lado, seria insensível reduzir questões afetivas que conduziram os últimos dois anos, como por exemplo, o cuidado com os entes queridos vulneráveis ou doentes.

O que é preciso refletir, com as informações até aqui apresentadas, são os limites quantitativos e do tempo das aulas síncronas, uma vez que, 42,3% dos discentes apontaram o tempo médio de duração das aulas síncronas acima de duas horas. O tempo de aulas síncronas, em ambientes compartilhados ou individuais, reveste-se de significado pedagógico diferente para quem aprende, devendo, em tese, também converter-se em motivo de atenção dos docentes no momento da organização dos encontros.

Com os resultados apresentados não é difícil reconhecer que a necessidade de realização do ERE impactou de maneira diferenciada os discentes da UEG. Fato que já demanda reflexões de docentes e gestores sobre como mitigar os impactos negativos desse período na formação dos discentes. Impactos claramente reconhecido por eles, já que 46% deles declararam que as aulas remotas prejudicaram muito a aprendizagem, conforme tabela 04.

Tabela 4 - Percepção de aprendizagem por aulas remotas, UEG, 2021

Não prejudicaram a aprendizagem	Prejudicou pouco a aprendizagem	Prejudicou muito a aprendizagem
15,3%	38,7%	46%

Fonte: Observatório do Estado Social Brasileiro (2021)

Os dados de percepção de prejuízos à aprendizagem podem ser relacionados diretamente com as formas de acesso às aulas remotas. Um dado que chama muito a atenção, e está diretamente vinculado às condições de vulnerabilidade, refere-se aos meios de conectividade. É impressionante que 66,2% dos respondentes tenham declarado que o celular foi o meio de conectividade mais frequente, utilizado para acompanhar as aulas e realizar as atividades. Do total de respondentes que utilizam o celular como meio

mais frequente de conectividade, 73,2% são alunos dos cursos de licenciatura e 26,8% dos cursos de bacharelado. O uso do celular como ferramenta também é sintomático da diferenciação regional já destacada, conforme é possível verificar pela tabela 5.

Tabela 05 - Principal equipamento usado para acompanhar as aulas remotas, UEG, 2021

Equipamento	Campus CET	UNU Esefego	UNU Porangatu	Campus Formosa	UNU Minaçu	Campus Morrinhos	Campus Cora Coralina
PC/ notebook	63%	42%	17%	30%	9%	36%	35%
Celular	**36,9%**	**58%**	**83%**	**70%**	**91%**	**64%**	**65%**

UNU – Unidade Universitária
Fonte: Observatório do Estado Social Brasileiro (2021)

Os efeitos negativos do uso do celular são muitos e podem ir do desenvolvimento de doenças "laborais" até as dificuldades de aprendizagem, em função dos limites visuais. Uma tela de celular, a depender do modelo, apresenta dimensões de 7x12cm, muito distinta de um Notebook ou de Desktop, cujos modelos mais comuns atingem 26x20cm. Não surpreende, em tal contexto, que apenas 27,47% dos discentes apontaram a aula síncrona com slides como as mais eficientes para a aprendizagem. Sem dúvidas, acompanhar slides por telas pequenas não pode ser considerado como uma forma eficiente de desenvolver uma aula.

A leitura das condições de vida nos domicílios é salutar para a compreensão da permanência e êxito nas IES durante a pandemia. Se antes as desigualdades educacionais se expressavam no âmbito da renda, transporte e alimentação, no período pandêmico também se expôs no ambiente de aprendizado. A homogeneidade da sala de aula tradicionalmente foi representada na disposição das cadeiras, mesas, docentes, climatização, equipamentos, livros, dentre outros. No período pandêmico, a estrutura domiciliar interagiu constantemente com o processo de ensino-aprendizagem.

Os dados acima apresentados já são suficientes para demarcar os limites do ERE, principalmente para discentes que não escolheram a modalidade de ensino à distância, aos quais ainda se somam vulnerabilidades relacionadas ao emprego e à renda, exacerbadas sobremaneira no período pandêmico.

Aspectos do trabalho, renda e vulnerabilidade

Ao nos debruçarmos sobre as condições socioeconômicas dos discentes podemos compreender como a pandemia da Covid-19 afetou a vida dos acadêmicos nestes dois últimos anos para além de questões meramente acadêmicas. Ao analisarmos as condições

materiais a que os discentes têm acesso nos deparamos com um quadro geral bastante alarmante, com grande parte deles vivenciando condições de vulnerabilidade, seja social, econômica ou ambas. Relacionar esses dados com as condições de ensino que a universidade ofereceu durante a pandemia é essencial para compreendermos o desempenho dos alunos, assim como o alto índice de evasão escolar, já percebidos pelo corpo docente, mas a serem comprovados nos próximos semestres por meio dos dados de matrícula.

Conciliar a sobrevivência cotidiana, em um cenário de crise, com a rotina de estudos não é uma tarefa fácil. Com a pandemia e o ERE as dificuldades se aprofundaram ainda mais. Isso pode ser facilmente percebido ao relacionarmos alguns dados da pesquisa, que demonstram como a incorporação das aulas ao ambiente familiar gerou impactos profundos na forma como esses alunos desenvolvem seus estudos. A rotina de trabalho doméstico, especialmente para os estudantes que têm filhos, e a necessidade de conciliá-la com as aulas remotas acaba se tornando um grande fardo para esses alunos, principalmente para as alunas. As preocupações com as necessidades mais básicas, como as condições materiais de sobrevivência, a necessidade de renda, preocupação com as contas rotineiras, etc., acaba fazendo com que muitos não consigam se manter nos estudos, ou, pelo menos, não de uma forma satisfatória.

As condições de moradia dos alunos da UEG que responderam ao questionário revelam que a preocupação com o pagamento de aluguel está presente na vida de aproximadamente 30% de nossos estudantes. Ao realizarmos um corte por raça/cor, essa preocupação sobe para 35% entre pretos e pardos, e baixa para 24% entre pessoas brancas, demonstrando que a desigualdade racial no acesso à moradia é perceptível.

Tabela 06 – Condição do domicílio, discentes UEG, 2021

Cor	Alugado	Cedido	Próprio
Amarela	9%	20%	71%
Branca	24%	7%	69%
Parda	33%	10%	57%
Preta	35%	11%	54%
Total	29%	10%	61%

Fonte: Observatório do Estado Social Brasileiro (2021).

Para grande parte dos discentes da UEG a necessidade de trabalhar para contribuir com a renda familiar é uma constante. No total, mais de 50% dos alunos e alunas da universidade necessitam estar empregados, do contrário comprometem seriamente as condições de vida. Isso demonstra, mais uma vez, como para grande parte

de nossos alunos a realidade de se conciliar estudo e trabalho se faz presente. Esse é um aspecto que a UEG não pode perder de vista. A perspectiva de atender ao discente trabalhador deve balizar o planejamento institucional em todos seus níveis.

O número de discentes que declararam estar desempregados revela como parte dos alunos podem ter sua renda familiar comprometida. Ao analisarmos essa variável por campus, podemos observar como a desigualdade regional se manifestas em várias frentes. Os campi que tiveram um maior índice de desemprego foram o Sudoeste (53%) e o Metropolitano (50%), enquanto que os que tiveram as menores taxas de desemprego foram o Oeste (26%) e o Cora Coralina (36%), conforme apresentado na tabela 07.

Tabela 07 – Porcentagem de discentes desempregados por Campus, UEG, 2021

Campus	Discente desempregado %
Central	46%
Metropolitano	50%
Nordeste	42%
Cora Coralina	36%
Sudeste	46%
Sudoeste	53%
Oeste	26%
Norte	41%
Total	43%

Fonte: Observatório do Estado Social Brasileiro (2021)

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do terceiro trimestre de 2021, apontou uma taxa de desocupação de 12,6%. A soma das mais de 13 milhões de pessoas *desempregadas* com as pouco mais de 65 milhões de *pessoas fora da força de trabalho* é superior ao total de *pessoas ocupadas*, indicando os desafios econômicos e sociais contemporâneos dos discentes e de seus respectivos núcleos familiares, segundo o IBGE (2021).

Entre os discentes empregados, 87% declararam ter mantido o regime presencial, mesmo durante a pandemia. O que demonstra como a maior parte de nossos alunos e alunas estiveram sujeitos à contaminação pela Covid-19, uma vez que o maior agente transmissor é o contato físico com pessoas contaminadas. Esse dado relaciona-se diretamente ao índice de contaminação por Covid-19 no núcleo familiar da amostra, 53% dos respondentes declararam casos positivos no núcleo familiar e 16% declararam mortes no núcleo familiar em decorrência da Covid-19. Mais um fato, extremamente relevante, a ser considerado na execução do ERE, uma vez que os períodos de

recuperação da doença ou do luto familiar, sem dúvidas, foi, e é, um grande fator de desmotivação dos discentes para a continuidade dos estudos.

Outra observação que podemos destacar nessa variável é a relação desemprego x gênero. Verificou-se, nesse caso, que o desemprego formal é maior entre as mulheres (46%) do que entre os homens (37%). Isso pode ser explicado pela visão historicamente construída de que as mulheres devem se ocupar preferencialmente do trabalho doméstico, enquanto os homens devem ocupar o mundo dos negócios (MARTINS, 2004). A dinâmica em questão também evidencia a dimensão do trabalho não pago no Brasil. Nota-se, a partir do exposto na amostragem dos discentes da UEG, o que Melo e Morandi (2021) expuseram ao propor um indicador de mensuração do trabalho não pago no Brasil. Os autores enfatizam a predominância das mulheres no desenvolvimento das atividades domésticas. De acordo com as estatísticas de gênero no Brasil, observa-se que em média uma mulher dedica em média 20,9 horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto um homem direciona 11,1 horas semanais (IBGE, 2016).

A mentalidade machista, típica de nossa sociedade, manifesta-se, por exemplo, na necessidade de se cuidar dos filhos, uma vez que na maioria dos lares esses cuidados recaem, majoritariamente, sobre as mulheres, o que limita suas possibilidades de trabalhar fora de casa e, sem sombra de dúvidas, interferiu na capacidade de acompanhamento do ERE das discentes da UEG. Os dados da tabela 08 são sintomáticos a esse respeito.

Tabela 8 – Responsável por cuidado com filhos, por gênero, discentes UEG, 2021

Gênero	Cuidam dos filhos durante ERE
Mulheres	**60%**
Homens	**28%**

Fonte: Observatório do Estado Social Brasileiro (2021)

Os cuidados com a saúde também são determinados pela condição econômica desses estudantes, já que apenas 26% deles têm acesso a algum plano de saúde privado. Assim, o acesso aos bens de saúde acaba ficando dependente apenas do sistema público de saúde. O impacto da Covid-19 entre os estudantes acaba sendo potencializado pela falta de acesso a melhores condições de tratamento.

Entre os alunos e alunas que trabalham, os baixos salários convivem com a falta de melhores condições. Podemos notar, pela tabela 09, que a maior parte dos alunos estão

em famílias que recebem no máximo até dois salários mínimos. Como se trata de renda familiar, ou seja, a somatória de rendimentos de todos os membros da família, esse dado demonstra como a UEG tem como público alvo as classes econômicas mais baixas do estrato social. O apelo popular desta Universidade prova sua importância e relevância no atendimento às demandas sociais de inclusão dos estratos sociais mais vulneráveis.

Tabela 09 – Rendimento domiciliar, discente UEG, 2021

Campus	Até 1	De 1 a 2	De 2 a 3	De 3 a 6	De 6 a 10	> 10
Central	22%	34%	18%	18%	5%	2%
Metropolitano	13%	41%	19%	20%	6%	1%
Nordeste	40%	40%	11%	4%	3%	1%
Cora Coralina	42%	45%	8%	4%	1%	0%
Sudeste	25%	38%	15%	20%	1%	1%
Sudoeste	27%	42%	23%	8%	0%	0%
Oeste	46%	36%	8%	10%	0%	0%
Norte	49%	27%	14%	7%	2%	1%
Total	34%	35%	15%	12%	3%	1%

Fonte: Observatório do Estado Social Brasileiro (2021)

Tais dados demonstram a importância de se estabelecer políticas internas da universidade para atender aos estudantes inseridos nas regiões mais carentes do estado. Infelizmente o que se tem visto nos últimos anos é que as políticas da universidade são implantadas de cima para baixo, tomando como parâmetro apenas a realidade dos campi mais centralizados. Na maior parte dos casos, a realidade dos campi mais afastados não é levada em consideração, o que acaba por gerar distorções no tratamento entre eles, assim como o aprofundamento da desigualdade regional já existente. O que podemos verificar com a análise dos dados é que não é possível tratar como iguais, aqueles que por natureza são diferentes.

Políticas de assistência estudantil como bolsas de estudos, casa do estudante, restaurante universitário, entre outras, podem ser melhor aproveitadas se destinadas aos campi onde há uma maior concentração de estudantes em situação de vulnerabilidade. Isso pode trazer um incremento na qualidade da formação desses alunos, e servir de alívio para o não comprometimento de grande parte de suas rendas, que já se demonstrou baixa, entre os discentes da universidade

Além da desigualdade regional, podemos analisar também a desigualdade racial, reflexo de nossa própria sociedade. As maiores taxas de famílias que recebem até 1 salário mínimo estão entre os estudantes que se declararam pretos (43%), pardos (39%) e amarelos (39%). Entre os brancos, essa taxa é de 25%. Os dados apontados refletem a

própria realidade social brasileira, em que as populações negras estão na faixa dos que recebem os menores salários (CAMPANTE et al, 2004).

Tabela 10 – Rendimento por raça, discentes, UEG, 2021

Raça	Até 1	De 1 a 2	De 2 a 3	De 3 a 6	De 6 a 10	> de 10
Amarela	39%	32%	16%	11%	3%	0%
Branca	25%	33%	19%	19%	4%	1%
Parda	39%	38%	12%	9%	2%	0%
Preta	43%	34%	12%	8%	1%	3%
Total	35%	35%	14%	12%	3%	1%

Fonte: Observatório do Estado Social Brasileiro (2021)

A pandemia teve um efeito desastroso na vida econômica do brasileiro e contribuiu para aumentar ainda mais a situação de vulnerabilidade de parte da população. Dentre os principais efeitos, destacam-se aqueles relacionados às demandas imediatas de sobrevivência, que foram severamente ameaçadas pelo crescimento do desemprego, do trabalho precarizado, com piora significativa da renda média das famílias, além do retorno da inflação que afeta, principalmente, os trabalhadores de mais baixa renda. No contexto da UEG essa situação se manifesta na estimativa de que 91% dos estudantes declararam que houve redução da renda familiar no período da pandemia.

Aqui é importante destacar que o IPCA -Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, que segundo o IBGE tem como população-objetivo as famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos, atingiu, em outubro de 2021, 10,67% acumulado em 12 meses, ao passo que o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que abrange as famílias com rendimentos de 1 a 5 salários mínimos, registrou taxa 3,81% superior, concentrando a alta de preços nos produtos consumidos pelos mais pobres. Ainda nesse contexto, chama atenção o descolamento consistente entre o INPC e o IPCA a partir de março/2020, fato inédito na história recente brasileira. Portanto, a perda de renda se soma ao aumento do custo de vida, soma desastrosa para a população brasileira.

O impacto na renda ocorreu mesmo com o pagamento do auxílio emergencial do governo federal, que foi recebido por 62% das famílias de discentes que responderam aos questionários. Ou seja, o pagamento do auxílio foi uma forma de mitigar os prejuízos causados pela pandemia, mas mesmo com ele muitas famílias tiveram redução da renda. Esse fato levanta um outro alerta. A redução de renda poderá ser ainda maior para o ano de 2022, uma vez que o programa de auxílio emergencial deixa de ser pago. Isso impacta diretamente nas condições econômicas do discente que, em tese, retornará às salas de aula.

Podemos perceber, assim, como os impactos da pandemia entre os alunos da UEG foram profundos, aumentando a situação de vulnerabilidade em que muitas famílias já se encontravam. Ao impactar a renda das famílias, muitos tiveram que optar entre trabalhar ou estudar, aumentando o índice de evasão da universidade no período. No caso dos que se mantiveram nos estudos, a falta de estrutura domiciliar e a necessidade de se dividir entre a vida doméstica, especialmente no cuidado com os filhos e os estudos, foi fator predominante na queda do rendimento.

Considerações finais

As sequelas da Covid-19, que atingiu, em 28 de fevereiro de 2021, o total de 649.333 óbitos e 22.184.824 casos confirmados, estarão, a partir de agora, no interior dos espaços formativos. A retomada do ensino presencial e/ou híbrido não apagará, como em uma catarse, as sequelas de uma tragédia, agravada pela negligência política, que mudou nossa forma de trabalhar, de estudar e de nos relacionar. Os resultados aqui apresentados são apenas algumas das possíveis leituras desse momento. A análise fragmentada e comparativa do conjunto de dados da instituição, assim como do conjunto de cursos de graduação, pode oferecer instrumentos para a compreensão dessa realidade e, ao mesmo tempo, fomentar decisões colegiadas e/ou individuais que considerem os efeitos da vulnerabilidade na aprendizagem e na permanência dos discentes na UEG. Por isso a importância de serem considerados pelo corpo gestor e docente, e, inclusive, instigar reflexões que possam guiar outras pesquisas institucionais com foco na vulnerabilidade dos discentes.

O discente da UEG que retornará ou ingressará às salas de aula não será o mesmo. Às marcas da Covid-19, manifestadas pelos óbitos de familiares e de amigos, somam-se o desemprego e a redução da renda que redundaram em uma ambiência de risco constante, afetando, com intensidades distintas, a relação ensino-aprendizagem. Não será possível ignorar que, em alguns casos, quase 50% do curso foi realizado de maneira remota. Nos resta daqui em diante refletirmos sobre nossas escolhas, seja nos cargos de gestão, seja na nossa prática docente, com a certeza de que delegar apenas ao discente a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso não é o caminho.

O desafio não será fácil e requer uma política institucional e a sensibilidade do corpo docente para o reconhecimento da heterogeneidade dos discentes inseridos em diferentes contextos regionais, que é, de forma geral, traduzida nos distintos graus de

vulnerabilidade da população feminina, preta e parda e de trabalhadores que frequentam os bancos da Universidade em proporções bastante desiguais entre os cursos de graduação e entre as diversas unidades da UEG.

É importante problematizar e criticar o processo de reprodução social que se origina, para utilizar a expressão de Peugny (2014), no berço e se estende, alimentando-se da perversa engrenagem do mérito, para as instituições públicas escolares e universitárias. O tempo daquela conhecida "democracia salarial", do regime fordista, que permitia ganhos salariais associados à expectativa de mobilidade social, via salários, ficou no passado e com ele a associação simplista entre mobilidade social e elevação da escolaridade. A universalização da escola básica, assim como do ensino superior público, não será capaz, principalmente, após à pandemia da Covid-19, unilateralmente, de superar o fosso da desigualdade social brasileira que, em tempos de austeridade fiscal, representado pela PEC-95 (Brasil, 2016) e por um desastroso Governo Federal, só aumentou.

Mas se existe um lugar em que podemos debater e criticar de modo propositivo essa situação, não tenham dúvidas, esse lugar reponde pelo nome de UNIVERSIDADE PÚBLICA. E a UEG não pode se furtar desse debate sob a justificativa de necessidade de racionar recursos. Racionalização que afeta principalmente os cursos de formação de professores e a garantia de interiorização do ensino superior em Goiás.

Quanto mais diversa e dispersa pelo território, mais pública a UEG será. Quanto mais admitir que também reproduz a desigualdade, menos distante estará de cumprir o propósito de protagonizar o desenvolvimento brasileiro e goiano. Quanto mais combater a desigualdade, mais democrática será. Essa é a UEG que esperamos!

Emergency remote teaching and student vulnerability at the State University of Goiás, Brazil, 2021

Abstract: The Covid-19 pandemic demanded responses, on several fronts, from public institutions that deal with teaching, research, and extension activities. In addition to offering answers to challenges linked to the field of public health, these institutions needed to adapt their normative routines, especially in the context of social isolation. The academic community quickly got busy building, debating, and approving a set of rules to regulate Emergency Remote Teaching (ERE). In this context, and based on the recognition of the difficulties of operationalizing the ERE, within the scope of the research activities developed by the Brazilian Social State Observatory team, an effort was made to offer the academic community a portrait of the conditions of remote teaching developed at State University of Goiás (UEG), from the students' perspective. The way to diagnose this situation passed, therefore, through the characterization of academic aspects and home infrastructure and socioeconomic aspects. Conducted by means of an objective, unidentified electronic form, the research consisted of 49 questions sent by e-mail or by WhatsApp messaging application. Between 08/01/2021 to 09/15/2021 was applied the questionnaire. From enrolled in 28 different UEG units and residents in 88 municipalities in Goiás and 12 municipalities in neighboring states, a total of 997 responses were received. The results point to the

challenges and development impacts of the ERE in a multicamp university.

Keywords: Teaching; Remote; Pandemic; Covid-19; Vulnerability; UEG.

Enseñanza remota de ermergencia y vulnerabilidad estudiantil en la Universidad Estatal de Goiás (2021)

La pandemia de covid-19 exigió respuestas, en varios frentes, de las instituciones públicas que se ocupan de las actividades de docencia, investigación y extensión. Además de ofrecer respuestas a los desafíos vinculados al campo de la salud pública, estas instituciones necesitaban adaptar sus rutinas normativas, especialmente en el contexto de aislamiento social. Rápidamente la comunidad académica se ocupó de construir, debatir y aprobar un reglamento para regular la Enseñanza a Distancia de Emergencia (ERE). En este contexto, y a partir del reconocimiento de las dificultades de operacionalización de la ERE, en el ámbito de las actividades de investigación desarrolladas por el equipo del Observatorio Social del Estado Brasileño, se hizo un esfuerzo para ofrecer a la comunidad académica un retrato de las condiciones de realización de la ERE. La enseñanza a distancia desarrollada en la UEG, desde la perspectiva de los estudiantes. La forma de diagnosticar esta situación pasó entonces por la caracterización de los aspectos académicos, la infraestructura domiciliaria y los aspectos socioeconómicos. La encuesta se realizó a través de un formulario electrónico objetivo y no identificado, compuesto por 49 preguntas, enviadas por correo electrónico o a través de la aplicación de mensajería WhatsApp. El cuestionario se aplicó entre el 01/08/2021 y el 15/09/2021. Se recibieron respuestas de 997 estudiantes, matriculados en 28 unidades diferentes de la UEG, residentes en 88 municipios de Goiás y 12 municipios de los estados vecinos. Los resultados apuntan a los desafíos e impactos de desarrollo de la ERE en una universidad multicampi.

Palabras llave: Enseñanza; Remoto; Pandemia; COVID-19; Vulnerabilidad; UEG.

Referências

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de** *15/12/2016*. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em 27/02//2022.

CAMPANTE, Filipe; CRESPO, Anna; LEITE, Phillippe. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Rev. Bras. Econ**. 58 (2), 5jun. 2004.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/ Acesso em 15/02/2022

IBGE. **Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados. Acesso em: 17/02/2021.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, IBGE, 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). 2021**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e. Acesso em 15/02/2022.

MARTINS, APV. Gênero, ciência e cultura. In: **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX** [on-line]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MELO, H. P. de, & MORANDI, L. A divisão sexual do trabalho no contexto da pandemia. **Revista Trabalho Necessário**, *19*(38), 105-125. https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.45884. Acesso em 05/02/2022.

OBSERVÁTORIO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO. **Microdados – Pesquisa: Ensino Remoto Emergencial e Vulnerabilidade Discente**. 2021. Disponível em: http://obsestadosocial.com.br/documentos/ Acesso em: 15/02/2022.

PEUGNY, Camille. **O destino vem de berço**? Campinas, Papirus, 2014.

Sobre os autores

Tathiana Rodrigues Salgado – Graduada, mestre e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Docente da Universidade Estadual de Goiás, unidade universitária de Porangatu e Programa de Pós Graduação em Geografia da UEG.

Léo Carrer Nogueira – Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás. Mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Docente da Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos e Programa de Pós-graduação em História da UEG.

Tadeu Alencar Arrais – Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professor titular da Universidade Federal de Goiás.

Diego Pinheiro Alencar - Graduado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Docente do Instituo Federal Goiano, campus Iporá.

Recebido para avaliação em junho de 2022
Aceito para publicação em junho de 2022